

A presença do estamento militar na Amazônia Brasileira como cultura estratégica nacional

Carlos Henrique Arantes de Moraes¹

Resumo: O presente trabalho pontua sobre a trajetória do estamento militar na Amazônia brasileira desde a chegada dos europeus no continente americano. Nesse bojo, utilizando-se de uma metodologia qualitativa, o objetivo é apresentar que essa estratégia se encontra incutida na cultura nacional, particularmente na aplicação do poder militar. O estudo assume relevância por tratar de uma área tão cara ao Brasil que constantemente se faz presente nas agendas dos debates mundiais.

Palavras-chave: Estudos Estratégicos, Defesa, Amazônia.

The presence of the military state in the Brazilian Amazon as a national strategic culture

Abstract: This paper points out the trajectory of the military establishment in the Brazilian Amazon since the arrival of Europeans on the American continent. In this context, using a qualitative methodology, the objective is to show that this strategy is embedded in the national culture, particularly in the application of military power. The study is relevant because it deals with an area so dear to Brazil that it is constantly present on the agendas of world debates.

Key words: Strategy Studies; Defense; Amazon.

La presencia del estamento militar en la Amazonia Brasileña como cultura estratégica nacional

Resumén: Este trabajo señala la trayectoria del estamento militar en la Amazonía brasileña desde la llegada de los europeos al continente americano. En este contexto, utilizando una metodología cualitativa, el objetivo es mostrar que esta estrategia está arraigada en la cultura nacional, particularmente en la aplicación del poder militar. El estudio es relevante porque trata de un área tan querida para Brasil que está constantemente presente en las agendas de los debates mundiales.

Palabras clave: Estudios Estratégicos; Defensa; Amazonia.

¹ Bacharel em Ciências Militares, pós-graduado em Ciências Políticas e mestrando em Ciências Militares pelo PPGCM da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME).

Introdução

A presença do estamento militar foi implantada e mantida na Região Amazônica desde a colonização até os dias atuais. A estratégia que tem se repetido por séculos, começou com o Império português, passou pelo Império brasileiro e tem se mantido hoje em dia na República brasileira.

Respeitando o anacronismo, – pois o conceito de geopolítica vem surgir no fim do século XIX na Europa (FARIAS, 2015) – as características apresentadas pela visão lusitana e sua execução de manutenção do espaço para desenvolvimento futuro da colônia, aproximam-se bastante do que entendemos hoje como geopolítica e estratégia da presença.

O objetivo da presente pesquisa é apresentar a estratégia da presença aplicada pelo Brasil atualmente como parte de uma cultura estratégica nacional. Será aplicado o método histórico, a fim de verificar se acontecimentos ou instituições do passado podem influenciar na sociedade de hoje (PRODANOV; FREITAS, 2013). Para isso, é fundamental considerar que o estudo das ocupações do passado leva à compreensão do atual resultado de manutenção territorial da Amazônia.

A seguir, serão aprofundados os conceitos de estratégia da presença e cultura estratégica como referencial teórico desse estudo. Após isso, será apresentada de forma cronológica a historiografia de ocupação e manutenção do território amazônico utilizando-se do braço armado como ator de relevância para consecução do 1º Objetivo Nacional de Defesa de “garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial” (BRASIL, 2020, p.25).

A Estratégia da Presença e a Cultura Estratégica

Beaufre (1998, p. 27) define estratégia como “a arte que permite, independentemente de qualquer técnica, dominar os problemas que coloca em si todo o duelo, justamente para permitir empregar as técnicas com o máximo de eficiência”. Em outras palavras, utilizar o que há disponível com a melhor eficiência possível para superar os óbices que distanciam do objetivo a ser atingido.

Diante dos objetivos a serem alcançados no nível político nacional, o Ministério da Defesa (MD) formula as estratégias militares que preveem o “emprego, preparação, orientação e aplicação do poder militar durante os

conflitos, considerados os óbices existentes ou potenciais, visando a consecução ou manutenção dos objetivos fixados pelo nível político”. (BRASIL, 2007, p. 35).

Dentre essas estratégias e diante da delimitação do presente estudo, destaca-se a da presença. O MD entende a presença militar como meio a cumprir a destinação constitucional e realizar as atribuições subsidiárias das Força Armadas (BRASIL, 2007). Contudo, não só pela criteriosa articulação das Organizações Militares no território, como “também preponderantemente pela capacidade de rápido deslocamento para qualquer região do País, quando necessário” (BRASIL, 2007, p. 36).

Portanto, a estratégia da presença, particularmente na área fronteiriça amazônica, faz parte de uma concepção estratégica de duplo alcance, na expressão militar cumprindo sua destinação constitucional e na expressão política e social a fim de contribuir no desenvolvimento de uma mentalidade de defesa e pela integração da expressão militar à sociedade.

O diálogo da cultura estratégica trata de como as características culturais de determinado Estado podem influenciar na consecução dos seus objetivos. Snyder (1977) fundamenta essa concepção inferindo que uma comunidade estratégica adquire ideias e respostas comportamentais padrões.

Para Romana (2016), os fatores geohistóricos, geoestratégicos e político-culturais impactam nos interesses nacionais e nas ações formais e informais dos países. Isso seria suficiente para particularizar as estratégias nacionais e afastá-las de princípios absolutos e universais.

Ao encontro do viés geopolítico dessa pesquisa, Booth (1999, p. 121) contribui incisivamente,

a cultura estratégica de uma nação deriva de sua História, Geografia e Cultura Política e representa a agregação das atitudes e padrões de comportamento das vozes mais influentes; estes podem ser, dependendo da nação, a elite política, o estamento militar e / ou a opinião pública².

² “(...)the strategic culture of a nation derives from its History, Geography and Political Culture, and it represents the aggregation of the attitudes and patterns of behavior of the most influential voices; these may be, depending on the nation, the political elite, the military establishment and/or public opinion”.

Para o teórico estrategista Gray (1986) a cultura estratégica é, no mínimo, a expressão de um processo cultural da população, refletindo no resultado das organizações, dos procedimentos e da gestão militar voltados para a defesa nacional.

Pode-se inferir que a cultura nacional de um povo, moldada por diversos fatores fisiográficos, políticos, econômicos e sociais influenciam na formação de uma estratégia com detalhes únicos que perduram ao longo do tempo.

A presença militar na Amazônia

A presença militar portuguesa não iniciou a partir do descobrimento da ilha de Vera Cruz³. Na verdade, a presença foi incrementada na medida que aumentava a importância da colônia ocidental para a metrópole. O primeiro século de ocupação portuguesa na América foi marcado por um segundo plano nos interesses políticos e econômicos no Novo Continente.

O maior interesse do Império português, no primeiro momento, era incrementar seu lucro comercial com o Oriente, desprezando o Brasil em boa parte do século XVI (MARCHANT, 1943; MORAES, 2000). Barreto (1983, p.169) corrobora com isso e argumenta que o “Brasil é uma zona de quase esquecimento no quinhentismo português” e verifica a preocupação portuguesa em criar um como espaço colonial como resposta a perigos da concorrência.

Esse menor foco nas terras coloniais americanas pode ser justificado também pelas dificuldades portuguesas daquele período, relativas à sua economia e demografia (SOUZA, 2019; MORAES, 2000). Além disso, a geografia da costa brasileira já era suficiente para seu principal objetivo daquela época de apoiar as rotas marítimas para a Índia. (BARRETO, 1983).

A insuficiência demográfica para ocupação territorial da colônia pode ser percebida durante o Governo Geral de Tomé de Sousa (1549-1553) e sua proibição em promover o povoamento longe do litoral. Segundo Holanda (1976), a intenção do Governador em coibir a interiorização era impedir a dispersão de moradores e, com isso, enfraquecer a defesa e segurança na costa brasileira. Inclusive, sua proposta era a de “aldeamento dos índios pacíficos, buscando o adensamento e fixação próximos aos núcleos coloniais”, conforme o modelo

³ Pedro Álvares Cabral batizou a terra encontrada em 21 de abril de 1500 entendendo tratar-se de uma ilha (FROTA, 2000).

colonizador português caracterizado pela ocupação pontual e litorânea (MORAES, 2000, p. 304 e 307).

Frota (2000, p. 160) entende que as capitanias criadas na colônia já fossem as primeiras Organizações Militares nesse continente, uma vez que o “capitão-donatário respondia, em sua capitania, pela defesa da mesma”. Desse modo, oficiais experimentados em outras guerras eram enviados para o Brasil, a fim de conduzir militarmente os habitantes da colônia em caso de necessidade.

Outrossim, também fica nítido o aproveitamento da União Ibérica pelo lado português. A Espanha possuía dificuldades em manter a defesa de suas colônias contra ações de corsários, conforme identifica Goes Fiho (2015, p. 206):

Certamente mais importante para explicar por que foram os portugueses e não os espanhóis que ocuparam a Amazônia são as razões da geografia fluvial. Desde o começo da colonização, os portugueses haviam-se apossado das melhores portas de entrada da planície. Pelo Sul, existiam as trilhas dos bandeirantes e, no século XVIII, a rota das monções, que conduzia ao rio Cuiabá e, depois de um percurso terrestre, ao Guaporé, isto é, ao sul da bacia amazônica; pelo norte, ocupada a foz do Amazonas (Belém foi fundada em 1616), estava assegurado o acesso(...).”

Por outro lado, o Tratado de Tordesilhas (1494), que limitava Portugal até o Oeste da Baía do Maracanã, ficou sem efeitos, “pois todas as terras pertenciam agora a um só rei” (FROTA, 2000, p. 58).

Nesse sentido, foi numa espécie de aproveitamento do êxito obtido na expulsão dos franceses de São Luís do Maranhão que o português Francisco Caldeira Castelo Branco fundou, em 1616, o forte do presépio, onde hoje é Belém, sob a proteção de Nossa Senhora de Belém e denominou a região de Feliz Lusitânia. Nome que indica a clara orientação portuguesa sobre a ocupação e fixação ao solo amazônico não só militar, mas também acompanhado da fixação de povoamento (RIBEIRO, 2005).

De Feliz Lusitânia, pouco antes do término da União Ibérica, o Governo de Jácome Raimundo Noronha ordenou uma expedição em sentido de Leste para Oeste (GOES FILHO, 2015), com o “objetivo geopolítico de ocupar essa vasta extensão de terras para a Coroa portuguesa.” (RIBEIRO, 2005, p. 47). Desse modo, o domínio da Foz do Amazonas, pelos portugueses, pode ser encarado como um movimento exitoso no tabuleiro de xadrez geopolítico das

nações, permitindo além de um maior controle contra as investidas de corsários, mas também a vantagem de maior mobilidade no Vale Amazônico.

As bandeiras iniciadas no período da União Ibérica foram outro esforço que permitiram aos portugueses a impelir sua presença no Ocidente amazônico. Os movimentos atravancavam de São Paulo, passavam por Mato Grosso e utilizavam-se do Rio Madeira para alcançar o Rio Amazonas (GOES FILHO, 2015). Ressalta-se que tanto as bandeiras como a viagem de Pedro Teixeira e a manutenção dessas terras com fortificações e criação de núcleos populacionais, possuíam um caráter de expedição militar (FROTA, 2000).

A restauração política em Portugal gerou uma bicefalia na região amazônica (RIBEIRO, 2005). Sendo assim, a ocupação territorial portuguesa, particularmente na região amazônica, apressou-se em garantir o êxito alcançado na União Ibérica. A partir desse momento, as estratégias de ocupação visariam a consolidação dos limites portugueses. Para Moraes (2000, p. 387), é na segunda metade do século XVII que ocorre a consolidação da ocupação portuguesa na América, momento em que os bandeirantes deixavam de ser despovoadores para assumirem o encargo de “agentes de povoamento”.

Nesse bojo, a implantação de Fortificações na Amazônia foi balizando os eixos de penetração portuguesa na região Norte do Brasil, consolidando o espaço físico que eram conquistados (FROTA, 2000). Os portugueses foram assegurando sua presença por meio dessas construções que permitiam uma melhor defesa de locais estratégicos e, ainda, serviam como “vínculos de configurações identitárias para a implantação de assentamentos humanos, comunidades, Nações e regiões”, influenciando no imaginário simbólico de pertencimento e marcador de lugares em meio aos espaços da proteção de projetos coletivos e um “pertencimento como vínculo identitário” BARTHOLO, 2019, p. 26-27).

A chamada bivalência geopolítica de Ribeiro (2005) teve seu fim com a assinatura do Tratado de Madri. A repercussão para a ocupação brasileira na região amazônica, ainda que de curta duração, esse acordo entre as duas Coroas Ibéricas resultou na solução de problemas fronteiriços por meio do princípio jurídico *uti possidetis*.

Realmente, fora o Acre; o triângulo formado pelos rios Japurá, Solimões e a linha Tabatinga Apaporis; e pequenos acertos de fronteiras - capítulos posteriores da formação territorial do Brasil -, foi o Tratado de Madri que legalizou a posse do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e da Amazônia, regiões situadas a ocidente da linha de Tordesilhas. Além de dar título jurídico a essa grande área ocupada pelos portugueses, o tratado permutou a Colônia do Sacramento pela região dos Sete Povos, aldeamento jesuítico situado no oeste do atual Rio Grande do Sul. Como dividiu um continente, fato sem precedente e sem conseqüente no Direito Internacional, ao fixar os limites brasileiros, estava também estabelecendo as lindes terrestres básicas de todos os dez vizinhos do Brasil (GOES FILHO, 2015, p. 196-197).

Ultrapassada a fase de independência, agora por meio do Império do Brasil e não mais por Portugal, a estratégia da presença permanece como fórmula de defesa do patrimônio territorial na região amazônica. É certo que a partir desse momento a finalidade era de coibir rebeliões que causassem divisões territoriais.

Já em 1835, em Belém ocorre a Cabanagem⁴, movimento liberal que perdurou até 1840 e lutou contra as nomeações dos administradores locais feitos pela Regência no Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2005). Segundo Souza (2019), o início da Cabanagem se deu devido a aplicação inversa da política realizada até o momento, de buscar a reconciliação e fugir de confrontos. Isso exigiu do governo federal a movimentação de tropas de fora da região para acalmar a revolta e estabilizar a região.

No extremo Setentrional, os franceses sempre manifestaram a sua insatisfação com o Tratado de Utrecht, com o que consideravam uma perda do território ao sul do Rio Oiapoque (RIBEIRO, 2005). Encorajado pela forte cobiça aurífera, o Governador da Guiana, sem conhecimento do Governo francês, decidiu intervir militarmente na Vila do Amapá, de modo a garantir a exploração do Rio Calçoene (REIS, 1968).

A questão do Amapá foi resolvida por vias diplomáticas. Contudo, exigiu esforços e vidas de brasileiros que ocupavam a região e ressentiram a ausência de tropas federais capazes de repelir a intervenção militar da colônia francesa.

Ainda no mesmo período, a Inglaterra aproveitou-se do vazio militar deixado pelo Brasil para barganhar o incremento de seu território. Para isso, o governo inglês na Guiana enviou o

⁴ Revolução realizada pelos cabanos, pessoas que habitavam em casas simples e cobertas de palha – índios, negros e mestiços descendentes de portugueses menos favorecidos (RICCI, 2007).

missionário protestante *Tomás Youd* que se instalou na região do *Pirara*, onde havia um ponto de ocupação brasileiro, no momento em total acefalia pelo deslocamento das tropas, para enfrentar a *Revolução da Cabanagem*. Criou-se, assim, ao longo do século XIX, uma situação litigiosa com a Inglaterra, litígio esse que compreendia uma área de aproximadamente 30.000 km² (trinta mil quilômetros quadrados) (RIBEIRO, 2005, p. 140).

A disputa foi levada a corte arbitral por um governo amigo e aceito por ambos os contendores. O rei italiano Vitorio Emanuel III foi o escolhido e buscou uma solução que atendesse aos dois países, permitindo as fronteiras brasileiras alcançarem o vale do Essequibo e a inglesa, o vale amazônico (MATTOS, 2011).

Não obstante, uma frente pioneira de brasileiros que ocupavam o Sul do Estado do Amazonas penetrou aos altos rios formadores do Purus e do Juruá, estimulados pelo 1º ciclo da borracha (RIBEIRO, 2005). Na busca do látex, esses brasileiros ultrapassaram a fronteira com a Bolívia, que se baseava numa linha geodésica sem referências nítidas na floresta. Essa passagem evidencia o como um território não ocupado por sua população e sem limites bem definidos pode ser anexado por seu vizinho. Mesmo com uma solução diplomática e a compra do território pelo Brasil, a manutenção da soberania sobre áreas, particularmente fronteiriças, demonstrou-se precária quando não aplicada a estratégia da presença.

Como ápice da evidenciação da necessidade de ocupar militarmente as fronteiras do Norte, pode-se citar o conflito de Letícia (1932-1934) entre Colômbia e Peru. A região havia sido passada para a Colômbia por meio de acordo com o Governo peruano que recebera territórios ao Sul do Rio Putumayo.

O descontentamento da opinião pública e as iniciativas da população local conduziram ao conflito entre ambos os litigantes. O Brasil, por sua vez, adotou uma postura de neutralidade, principalmente pela proximidade territorial com a área litigiosa. Contudo, a insuficiência da capacidade bélica brasileira no local – um destacamento com um graduado e poucos soldados (CARDOSO, 2021) – não possibilitou ao Brasil impor sua neutralidade.

Aeronaves peruanas atacaram navios colombianos em águas brasileiras do Rio Solimões, flagrando a violação não só da neutralidade, mas principalmente da soberania brasileira. Por sua vez, o Governo brasileiro instaurou investigações para esclarecer esses acontecimentos e a conclusão foi

que ocorreu desrespeito de ambos os beligerantes no evento supracitado e, ainda, utilizaram o espaço aéreo e territorial para manobrar tropas e instalar depósitos logísticos outras vezes além do objeto instaurado (CARDOSO, 2021).

Segundo Domingues (2010), a anexação do Acre, a construção da ferrovia Madeira – Mamoré e o primeiro ciclo da borracha ocorrido na região Norte foram fatos que motivaram a implantação da Comissão Rondon dado a importância que a área ganhou junto ao governo central. Com efeito, pode-se adicionar os eventos com as Guianas Francesa e Inglesas e o Conflito de Letícia demonstrando a fragilidade das fronteiras desguarnecidas de uma ocupação armada capaz de assegurar a defesa nacional.

Os primeiros efeitos da Comissão Rondon começaram a revelar-se, favorecendo o povoamento da região através de seus feitos, pois eles contribuíram para o surgimento de novos núcleos populacionais na região, complementando o processo iniciado nos idos dos séculos XVII e XVIII.

Aliado a isso, na segunda metade do século XIX, o segundo ciclo da borracha na Amazônia surgiu, mais uma vez, como solução em absorver os nordestinos que sentiam a seca e a depressão econômica, com a demanda para a produção do esforço de guerra ocidental no holocausto contra o nazifascismo (SOUZA, 2019, p. 258). Também serviu como uma política de ocupação de espaços vazios, configurando a “Marcha para o Oeste” (NEVES, 2001, p. 119).

Paralelo a essa vivificação populacional, o Estado Maior do Exército instalou uma Companhia de Infantaria em Tabatinga, um Pelotão de Infantaria em Cucuí, um no Icó, um no Japurá, um no Oiapoque e outro em Boa Vista (CARDOSO, 2021). Pois os aprendizados passados visavam “evitar despesas vultuosas e os inconvenientes de providências de improvisação de última hora, tal como se deu na última crise em Letícia”⁵

Para Becker (2009, p. 25), inicia-se com Vargas o planejamento regional, com a “Marcha para o Oeste” que previa a criação da Fundação do Brasil Central (FBC), da Expedição Roncador-Xingú (ERC) e da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), ainda que essa fase fosse mais discursiva do que ativa.

⁵ Ofício Nr 4 – Reservado, de 25 de janeiro de 1935, do chefe da 3ª Seção da 8ª RM ao 1º Subchefe do EME (CARDOSO, 2010).

Portanto, no século passado, as atenções de ocupação desses vazios demográficos, não possuíam apenas um olhar de defesa de fronteiras, paralelamente a essa atenção, a integração nacional começa a figurar como um objetivo a ser buscado pela presença, pois o desenvolvimento e a segurança adviriam dessa integração.

Em 1964, com o início dos governos militares no Brasil, a busca de aumentar a presença na região amazônica é potencializada. Há uma intensificação de unidades militares na região, caracterizando o binômio segurança e desenvolvimento durante esse período (MYAMOTO, 2009). Entre 1965 e 1985, dobra o número de municípios/localidades com quartéis de diversas naturezas (FRANCHI, 2013). Essas instalações de Organizações Militares obedeciam a proximidades das regiões fronteiriças e quando interiorizadas acompanhavam os principais eixos rodoviários que estavam sendo criados paralelamente, demonstrando a importância das atividades subsidiárias.

Percebe-se o quanto os militares foram atores diretos da ocupação e vivificação da área, Segundo Mahar,

Quando um governo militar assumiu o poder em 1964, a Amazônia voltou a chamar a atenção do público. Em uma série de atos legislativos e decretos promulgados em 1966 e 1967, o novo governo se comprometeu firmemente com o desenvolvimento e ocupação da região, bem como a eventual integração da Amazônia com o resto do Brasil. (MAHAR *apud* FRANCHI, 2013, p. 87)⁶.

Ao fim do período dos governos militares, a percepção foi de um esvaziamento do modelo nacional desenvolvimentista (BECKER, 2009). Todavia, as ações pensadas e executadas nesse período seguiram e, grande parte, continuam a serem executadas até o nosso cotidiano. Exemplos são as ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Projeto Calha Norte (PCN) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), entre outros que são caracterizados por forte caráter geopolítico e permanecem fomentando o desenvolvimento local (NASCIMENTO, 2009).

⁶ “When a military government came into power in 1964, Amazonia again gained public attention. In a series of legislative acts and decrees enacted in 1966 and 1967, the new government firmly committed itself to the development and occupation of the region, as well as the eventual integration of Amazonia with the resto of Brazil”.

Com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, inicia-se o rito de elaboração de documentos do mais alto nível com planos específicos a fim de balizar a atuação militar em proteger as fronteiras, não somente contra ameaças externas estatais, mas também no que tange a mitigação de pressões ambientais, tráfico de drogas, contrabando, crime organizado e outras problemáticas existentes na região.

Segundo Medeiros Filho (2014), essa mudança coincide com uma nova abordagem nas questões de segurança que identifica as questões regionais como ponto fulcral para o estabelecimento das políticas de defesa. De fato, as linhas fronteiriças entre os Estados, particularmente na Amazônia, não são capazes de barrar as mazelas de um determinado país, afetando todos os países do seu entorno.

O ambiente sul-americano demonstra pouca quantidade de conflitos armados e curtos considerando seu passado recente. No entanto, encontra-se longe de possuir uma paz regional. Temas como garimpo, desmatamento e tráfico de armas, de pessoas e de substâncias ilícitas, por exemplo, impactam diretamente na insegurança interna dos Estados no entorno da região Norte brasileira (MEDEIROS FILHO, 2014; MORAES; HENRIQUES, 2020). Além disso, a Amazônia abriga organizações religiosas, movimentos sociais e corporações que corroboram com as atividades citadas, com capacidade de impactar na instabilidade local (BECKER, 2009) que, sem dúvidas, exigem uma resposta estratégica do componente militar.

A presença militar efetiva serve, além de forte inibidor das ilicitudes, como fonte de inteligência para monitorar as dinâmicas dos agentes e das ameaças já citadas, permitindo uma rápida resposta do Estado em locais ermos, distantes e deficientes da presença estatal.

Considerações finais

Do exposto, percebe-se que as atividades estatais para a conquista, manutenção e proteção do território amazônico sempre foram acompanhadas do componente militar. Seja ainda no período colonial atravancando o Tratado de Tordesilhas e consolidando a presença portuguesa no espaço geográfico por meio das bandeiras, da viagem de Pedro Teixeira e de implantações de fortes, ou no período já independente, evitando separações, fincando as fronteiras mais

a Oeste e Norte e contribuindo para o desenvolvimento e segurança regional, inclusive atualmente.

De forma a ratificar esse entendimento, foi durante o período que a presença militar na Amazônia não foi privilegiada que ocorreram eventos como a Cabanagem, as questões do Amapá, do Pirara, do Acre e de Letícia, que serviram para demonstrar uma fragilidade brasileira em manter seu extenso território.

Nesse diapasão, foi notável o incremento de incentivos e projetos governamentais em prol do desenvolvimento e integração regional com o restante do Brasil, como a Comissão Rondon, a “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, o INCRA, o PCN e o SIVAM. De certa forma, esses projetos já poderiam configurar a presença do Estado numa região distante, contudo é certo, também, verificar o acompanhamento do efetivo militar em paralelo a esses projetos.

Pode-se inferir, sempre respeitando o anacronismo, que a aplicação da estratégia da presença militar na região amazônica ao longo do tempo foi exitosa. A estratégia se moldou a cada objetivo de seu tempo, seja a expansão territorial, a consolidação das fronteiras, a manutenção da integridade a fim de evitar separatismos, a contribuição para o desenvolvimento regional e o combate a crimes transfronteiriços. Contudo, sempre permanecendo garantidora da missão precípua constitucional das Forças Armadas de manter e defender a soberania nacional.

Por fim, fica evidente que há um modelo organizacional de procedimentos e gestão militar voltados para a defesa nacional, permitindo, nesse caso da Amazônia, a aderência nos conceitos de cultura estratégica, sob influência de fatores históricos, fisiográficos e político-culturais inculcados no povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Luís Filipe. **Descobrimientos e Renascimento: Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI**. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.

BARTHOLLO, Roberto. “As fortificações como sítios simbólicos de pertencimento”. In: BARTHOLLO, Roberto; MATTOS, Flávia Ferreira de;

SANTOS JÚNIOR, José Cláudio. **Patrimônio cultural de origem militar**. Rio de Janeiro: Florescer, 2019. p. 25-29.

BEAUFRE, André. **Introdução à estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOOTH, Ken. "The concept of strategic culture affirmed". In JACOBSON, Carl G. **Strategic power: USA/URRS**. London: Macmillan, 1999. p. 3-9.

BRASIL, Ministério da Defesa. **MD51-M-04 Doutrina Militar de Defesa**. Brasília: EGGCF, 2007.

_____, Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**, Brasília: EGGCF, 2020.

CARDOSO, Alexandre de Andrade. **Guerra na Selva: de Xapuri a Xambioá a árdua missão de defender a Amazônia**. Porto Alegre: Simplíssimo, 2021. [e-book]

DOMINGUES, Cesar Machado. "A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste". In: **XIV Encontro Regional da ANPUH**, 2010, Rio de Janeiro. Anais do encontro. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/8/1273879829_ARQUIVO_RondonANPUHCesarMachado.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2020.

FARIAS, Hélio Caetano. "Território, poder e riqueza: uma leitura da geopolítica do capitalismo". **Revista Continentes** (UFRRJ). n 7 - 4, pp. 36 – 63. 2015.

FRANCHI, Tássio. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso brasileiro sobre a Amazônia no século XX**. 2013. Tese (doutorado em desenvolvimento sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, UnB, Brasília – DF. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14525>. Acesso em: 23 de novembro de 2020.

FROTA, Guilherme de Andrea. **500 Anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2000.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2015.

GRAY, Colin. **Modern strategy**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A instituição do Governo Geral. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização Brasileira**. Vol. I. 5ª ed. São Paulo: Difel. 1976.

MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil (1500-1580)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

MATTOS, C. M. “Uma política Pan amazônica”. In: MATTOS, C. M. **Geopolítica**. v. 2. Rio de Janeiro: Ed. FGV: Biblioteca do Exército, 2011.

MEDEIROS FILHO, Oscar. “Breve panorama de segurança na América do Sul”, in NASSER, R. M.; MORAES, R. F. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**, Brasília: IPEA, 2014. p. 21-42.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Carlos Henrique Arantes de. HENRIQUES, Henrique de Queiroz. “A postura estratégica brasileira quanto aos assuntos de Defesa na fronteira amazônica”. **Revista Política Hoje**, n. 29 - 2, p. 190-211, dez. 2020.

MYAMOTO, Shiguenoli. “O Brasil e a fronteira norte: política e estratégia”. **Estudios Avanzados**. Santiago: Universidad de Santiago de Chile, v 12, pp. 75-103, 2009.

NASCIMENTO, Durbens Martins. “Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a defesa no século XXI”. **Papers do NAEA**. Belém, n 241, out. 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/10910019/Geopol%C3%ADtica_e_For%C3%A7as_Armadas_na_Amaz%C3%B4nia_desafio_pol%C3%ADticos_e_institucionais_para_a_defesa_no_s%C3%A9culo_XXI. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

NEVES, Frederico de Castro. “Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas”. **Revista Brasileira de História**. n 21 - 40, p. 107-129, abr. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/5GNSQTXnMM7kTM3rr8B4TrM/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record Editora, 1968.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília: Senado Federal, 2005.

RICCI, Magda. “Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840”. **Revista Tempo**, n. 11 - 22, p. 5-30, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ZX5z5skg9g7YyC47qtn533N/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

ROMANA, Heitor Barras. “Da cultura estratégica: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar”. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, n 22 - 1, pp 13-32, abr. 2016.

SNYDER, Jack. **The soviet strategic culture: implications for nuclear options**. Santa Monica: Rand Corporation, 1977.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Recebido em set. de 2021.

Publicado em dez. de 2021.